



**UNIÃO** POPULAR REPUBLICANA

*A união do povo para restabelecer a democracia*

# CARTA DE FUNDAÇÃO

**Aprovada no congresso de fundação da  
União Popular Republicana em 25 de Março de 2007**

**Português**

Droits réservés — Todos os direitos reservados

UPR, 15 rue Énard, 75012 PARIS, FRANCE — [www.upr.fr](http://www.upr.fr)

Apresentado por François Asselineau, Presidente – fundador da União Popular Republicana, no Congresso de fundação em 25 de março de 2007, dia do quinquagésimo aniversário do Tratado de Roma. Franceses de todas as idades e de qualquer condição decidiram fundar a União Popular Republicana (UPR) a fim de restaurar a independência da França, devolver a sua liberdade ao povo francês, e retornar ao nosso país seu papel histórico como porta-voz da liberdade dos povos e das nações em todo o mundo.

Os membros fundadores decidiram desenvolver esta carta, que especifica a especificidade das análises e o programa da UPR. Considera-se que qualquer membro da UPR leu este documento, para compartilhar as análises e conclusões e implementar as orientações.

## 1. A análise da situação da França : A Europa é o problema, não a solução

A União Popular Republicana difere de todos os outros movimentos políticos existentes em dois pontos essenciais : em primeiro lugar na análise da situação da França, em segundo lugar sobre os meios de sair o nosso país da crise política, económica, social e moral na qual ele não para de se afundar.

Se não é certamente a única causa de todos os problemas do nosso país, a construção europeia é a causa principal. Longe de ser a sua solução como somos forçados de acreditar há meio século, a construção europeia é ao contrário a origem desses problemas. Porque ela coloca os Francêses sobre tutela estrangeira, que esvazia de sentido suas escolhas democráticas, bloqueia indevidamente seu futuro, define arbitrariamente o alcance dos seus interesses, e mergulha-os indefinidamente e sem motivo no desprezo de eles proprio e numa certa forma de desespero.

### **A UPR é um partido do século XXI que é consciente de o que se passa realmente em França e no mundo.**

Pela diversidade de origem, de idade, de formação e de ocupação dos seus funcionários e dos seus militantes, a UPR não é um partido de ignorantes ou de nostálgicos. Em vez disso é um partido nascido no século XXI, totalmente à vontade com as tecnologias do tempo atual, extremamente atento ao que acontece em outros lugares no mundo, perfeitamente consciente da complexidade dos problemas internacionais, do peso dos constrangimentos económicos, da evolução geral do mundo e das mentalidades, bem como a tradição secular de abertura e radiação do nosso país.

A maioria dos partidos políticos desenvolvem a noção de que os problemas da França viriam do atraso na adoção de « reformas indispensáveis », atraso devido ele proprio a lentidão dos Francêses para aceitar de se colocarem em sintonia com os outros países do mundo.

Mas essa culpa persistente dos nossos cidadãos é mantida sem que, precisamente, esses movimentos políticos conduzem um estudo sério, exaustivo, e sem um priori ideológico, sobre as verdadeiras razões que explicam os sucessos e fracassos dos outros países do mundo.

Muito diferente é a aproximação da UPR, que baseia suas análises num estudo cuidadoso e sem complacência do que é feito em outros lugares no planeta. - e não apenas em alguns países na Europa ou nos Estados Unidos.

### **Análises precisas que perturbam idéias recebidas.**

– a referir que o processo de construção de um conjunto político continental, com um governo supranacional como é a Comissão europeia, não é imitado em qualquer lugar no mundo, onde, ao contrário, triunfa o princípio do Estado-nação,

– a notar que não existe, considerando as estatísticas globais disponíveis, nenhuma correlação entre o tamanho de um Estado e o nível de vida da sua população ; mas ao que parece, por outro lado, existem entre patriotismo e crescimento económico.

– a enfatizar que as empresas na Europa fazem cada vez mais alianças com outras empresas em todo o mundo, especialmente na Ásia, para melhor competir com as empresas de outros países europeus. Esta tendência pesada da vida dos negócios prova toda a falsidade do argumento que afirma que a

construção europeia seria uma necessidade económica e industrial e nos permita construir « campiões europeus » (1),

- a esclarecer completamente o circuito dos órgãos de decisão nas instâncias comunitárias, a marginalização da França, e o peso considerável dos relés de influência americanos,
- a informar os nossos concidadões do custo net, cada vez mais considerável, que causa a construção europeia sobre a economia e as finanças públicas francesas,
- a demonstrar, com comparações estatísticas, que a França não está na situação de catástrofe financeira que nos dizem,
- a revelar que muitos países do mundo, começando com o Japão e os Estados Unidos, não satisfazem os critérios de Maastricht, apresentados ainda como requisito de boa gestão económica e financeira,
- a explicar que se existe um país que corre risco de falência, é os Estados Unidos da América onde todos os fatores económicos (Estado federal, Estados federados, empresas e famílias) são muito mais endividados do que suas contropartes francêsas (2).

Muito lúcido sobre problemas económicos e sociais, a UPR endossou a exigência de competitividade e de dinamismo industrial, científico e comercial, como também endossou a legítima determinação dos Franceses para manterem o seu sistema social e sua concepção da vida em sociedade.

Mas a UPR afirma que nenhum dos problemas graves em França não pode ser sustentavelmente resolvido se a política seguida não recolhe o consentimento claro e sólido dos Franceses. No entanto, esse consentimento não pode ser obtido dos nossos concidadões se o poder exercido sobre eles não vem de uma vontade livremente consentida pela nação, escolha verdadeiramente democrática.. Porque não se pode dirigir muito tempo a França contra o seu povo.

### **Bloqueios da situação francesa surgem a partir da indizível - e não declarada - tutela externa do povo francês.**

Com base em mais de mil e quinhentos anos de história, a UPR relembra que o povo francês nunca admitiu sustentavelmente que seja exercido sobre ele um poder de origem estrangeira ou que ele não reconheça, no fundo de si mesmo, a legitimidade.

No entanto, independentemente da apresentação vantajosa, futurista, utópica, ou adoçada que se tenta fazer, é incontestável que, do facto da inexistência de um povo europeu, a União europeia tem precisamente o efeito de submeter os Franceses a uma potência estrangeira, de essência oligárquica, e não eleita que, no fundo, eles não reconhecem a legitimidade. Toda a história de França, portanto, nos convida a entender que essa submissão pode ser apenas transitória. Ela não é viável a longo prazo.

Se os Franceses deram ocasionalmente a impressão de concordar com a « construção europeia », especialmente durante o referendo sobre o Tratado de Maastricht, adoptado no fio da navalha, esse acordo aparente foi obtido em termos ambíguos, por uma intensa pressão psicológica ameaçando os nossos concidadões das piores consequências no caso de recusa. Nunca os Franceses foram avisados, com franqueza e honestidade, das consequências negativas muito concretas que resultariam das transferências maciças de soberania as quais eles foram submetidos com pressa e imprecisão, como se fosse uma bagatela. Por exemplo, nunca os nossos compatriotas foram avisados, de maneira explícita e solene que convinha, sobre o facto que, agora, as principais opções estratégicas do futuro da França, em termos de política estrangeira e de defesa nacional, a nível social, económico, monetário, ambiental, etc., não dependem mais dos seus votos. E que, mesmo se fossem prejudiciais (como vemos hoje), essas escolhas decisivas iriam ser continuamente impostas, de fora, por condutores de um engate absurdo, reunindo em breve alguns trinta Estados, onde a influência da França tornou-se marginal, enquanto a dos Estados Unidos, por sua retransmissão de influência, agora é esmagadora.

Sobrecarregados por uma incansável propaganda obrigando-os a admitir que a « construção europeia » é tanto uma obra de paz, uma fatalidade histórica, uma necessidade política, uma emergência económica, um progresso social, uma exigência moral e mais ainda, os Franceses finalmente acabaram por já não imaginar que fosse possível rever tudo isso de mais perto, demonstrar o contrário, e a opor-se.

Mas, ao mesmo tempo, os Franceses também nunca imaginaram que os seus representantes não

decidiram já mais das escolhas estratégicas da França. Bem como eles também não concebem um momento que seja possível que os 26 outros Estados aos quais foram casados, na maioria sem consentimento, podem constituir maiorias ditando ao povo francês decisões que ele recusa.

O resultado dessas contradições é uma grande confusão de mentes, que na verdade piora à medida que a evidência dos factos leva os Franceses a observar conclusões exatamente opostas as promessas exageradas que lhes fizeram há tantos anos.

– eles tinham certeza de que «Europa é a paz»? Mas eles acham que a Europa quer levar a França em coalizões guerreiras ao lado dos Estados Unidos para conduzir guerras que violam o direito internacional, como em Iraque, por exemplo.

– «o euro, é mais crescimento e mais emprego»? Mas a zona euro é continuamente lanterna vermelha mundial do crescimento e do emprego.

– a Europa é a prosperidade»? Mas o poder de compra estagna ou diminuiu e as perspectivas para o futuro nunca tem parecido tão escuras.

– «a Europa nos permitirá construir campeões industriais frente aos Estados Unidos e a China»? Mas a Comissão europeia impede qualquer medida de proteção comparável as medidas praticadas alegremente pelos Estados Unidos ou a China, promove o resgate da indústria do aço por interesses indianos, ela acha normal e ainda promove as deslocalizações e a destruição de seções inteiras das nossas indústrias, como o setor têxtil, o setor dos móveis, dos brinquedos, dos óculos, etc.

– a Europa é mais garantias sociais»? Mas a Comissão europeia está satisfeita com as deslocalizações para os países com custos de salários muito baixos e recusa qualquer harmonização social e fiscal na União europeia, valorizando assim abertamente o dumping social e fiscal mais descarado.

– «a Europa é um melhor control dos fluxos migratórios»? Mas os acordos de Schengen, em vez disso, aboliram qualquer control nas fronteiras e transformaram nosso país em uma peneira onde entram sem control os homens e as mercadorias.

– «a Europa promove a nossa agricultura»? Mas Bruxelas tem programado o virtual desaparecimento da nossa agricultura tradicional.

– etc.

(1) Sempre que às vezes são consideradas, as fusões de empresas europeias muitas vezes são bloqueadas pela Comissão europeia em nome da luta contra os monopólios.

(2) O povo americano, para o qual nos sentimos gratos e amigos, também é vítima desta situação.

## **Um grande equívoco é o coração da crise política em França**

Em resumo, uma implacável propaganda proíbe de fazer uma revisão crítica da construção europeia e faz a fortiori sacrílego qualquer idéia de repor em causa essa construção, mas os seus resultados cada vez mais desastrosos em todas as áreas impede decentemente qualquer motivo de satisfação.

Assim foi forjado ao longo das décadas, um grande equívoco. Da extrema-direita para a extrema-esquerda, certamente não há um único político que se atreve a declarar-se contra o princípio da construção europeia. Mas, em todo o espectro da política, também não há um único responsável político que se declare favorável a Europa tal como ela existe. E foi isso que notou-se durante a campanha para o referendo de maio de 2005 sobre a Constituição europeia. Porque, coisa insuficientemente observada pelos observadores, se os adeptos do Não tinham explicitamente sua rejeição da Europa como ela existe, os adeptos do Sim tinham implicitamente a mesma rejeição porque o argumento que eles avançaram era que essa Constituição finalmente iria trazer as mudanças necessárias («Votar sim para uma Europa que funciona», «Sim a Europa social», etc).

Em resumo, todos os responsáveis políticos franceses declaram-se para o princípio da construção europeia e contra a forma como constata-se que ela funciona. Para tentar resolver esta contradição, cada um proclama-se invariavelmente para uma «outra Europa» e parece prometer, antes dos eleitores cada vez menos crédulos, que essa «outra Europa» seria de alguma forma uma França maior.

Mas nenhum disse que que nesta atraente perspectiva é essa ilusão que permanecerá sem qualquer efeito. Porque não é por acaso ou por inadvertência que a Europa é tal que é. E porque ela é o resultado de 27 interesses nacionais antagonistas e que a França, com agora um Comissário sobre 27 (ou seja

3,7%) não é simplesmente mais capaz de fazer valer o seu ponto de vista, seus valores e seus interesses em uma sala onde os países alinhados com os Estados Unidos são a maioria.

A UPR estima que é precisamente nesta esquizofrenia política generalizada que se encontra o principal ponto de bloqueio da situação francesa. Porque eles não querem, ou não se atrevem, a ir até ao fim do diagnóstico e da necessária rejeição em bloco de qualquer construção europeia, os partidos políticos franceses no todo só podem dar a opinião pública e aos medias uma impressão confusa e desastrosa para a democracia : criticar a Europa, mas aprovar o seu princípio, ao ter – para fazer seus resultados mais atraentes para os Franceses – qualquer proposta que pode coletar o acordo dos 26 outros Estados-membros.

De repente, toda a política francesa torna-se inconsistente e perde todo o poder de mobilização, deixando aberto grande o caminho livre para todos os extremismos. E portanto vital de esclarecer a situação política francesa através da criação de um partido cuja o objetivo principal é resolver o equívoco.

## 2. A recuperação nacional passa inevitavelmente pela liberação da União europeia

Longe de ser um projeto promissor de paz, de democracia e de prosperidade, a unificação forçada do continente europeu, sobre qualquer apresentação e com qual que seja a promessa, pelo contrário é uma utopia fatal que necessariamente leva a França e os países da Europa para uma estrutura politicamente ditatorial, economicamente ineficiente, socialmente intolerável, diplomaticamente belicista, sociologicamente absurda e culturalmente desumano.

Só a independência da França e a soberania do povo francês podem garantir a prosperidade do nosso país e o bom funcionamento da sua democracia, sua influência no mundo, suas ações para a paz e a amizade entre os povos, sem distinção de pertença geográfica ou afiliação religiosa.

### O fim das ambigüidades

Uma das principais razões da criação da UPR reside no fato de que todos os movimentos políticos que afirmam ser da soberania nacional exibem programas duplamente ambíguos :

- por um lado, eles fazem da soberania um tópico entre outros. Mas afogar o problema europeu em muitos outros assuntos, é fazer perder de vista o caráter central, específico e decisivo da necessária recuperação da nossa soberania nacional.
- por outro lado, eles retomam por sua conta o mito da construção europeia emendável. Ele
- declaram-se também a favor da « outra Europa », mesmo uma « Europa das Nações » que eles são incapazes de explicar precisamente o que seria e por que milagre nós juntaríamos a Comissão europeia e os outros 26 Estados-membros (3).

Considerando que são estas ambigüidades que são a causa principal da manutenção na marginalidade de um movimento de opinião portanto muito largamente em maioria no nosso país, a UPR fixa-se como objetivo de ter um programa claro e nítido, e de o propor de forma serena, democrática e sem desvios aos Franceses.

Este programa tem como objetivo fazer sair a França da suposta « União » europeia e recusar qualquer novo projeto de integração europeia, de diluição dos países europeus, ou de alienação da liberdade do povo francês, independentemente da forma.

Na prática, a UPR é o único movimento político a propor – e a inscrever nos seus estatutos – que só é possível endireitar a França com base em três orientações essenciais :

1. denunciar todos os tratados europeus, incluindo o Tratado de Roma (4).
2. recusar o conceito de « construção europeia », com suas infinitas promessas de « outra Europa » (5),
3. inserir na Constituição francesa a proibição de qualquer delegação de soberania que não iria ser delimitada a temas muito específicos, limitada no tempo e no seu objeto, e regido por tratados internacionais baseados na reciprocidade e a igualdade entre Estados.

A UPR acredita que a clareza deste programa, e seu formidável alcance libertador, permitirão romper com as ambigüidades e a falha repetida do « soberanismo » de conveniência, e de criar esta grande agitação política que o povo francês deseja sem estar plenamente consciente.

Baseando-se em mil e quinhentos anos de história nacional, a UPR afirma que é, em primeiro lugar decidir esta questão da soberania nacional que ela poderá restaurar a autoridade do Estado e implementar de forma eficaz um programa de desenvolvimento económico, cultural e social consistente com os valores de liberdade, de igualdade et de fraternidade da República francesa.

*(3) Aproveitar o « gaullisme » para manter esta ficção é na melhor das hipóteses um anachronismo, na pior uma manipulação. Repetidamente criticado pelas medias, o MRP e os lobbies atlantistas, Charles de Gaulle certamente aceito à quase meio século, uma concessão semântica citando uma "Europa dos Estados", a definição da qual ele também tentou, em vão. Mas era muito diferente no contexto de uma Europa dos Seis, em sua infância, quando a França dominava o conjunto. Além disso, sempre que a soberania nacional estava em jogo, Charles de Gaulle, obviamente, decidiu em seu favor.*

*(4) O Tratado de Roma, que nós temos, entre outros, o princípio do país de origem que a directiva Bolkestein só põe em aplicação, ou a falta dela - estrategicamente desastrosa - da França à mesa das negociações da OMC onde nos fazemos representar por um Comissário europeu. É enganoso prometer aos Franceses que se vai lutar contra as deslocalizações ou contra o dumping dos países com um custo muito baixo dos salários, enquanto ausente de uma instância onde até mesmo micro-Estados defendem energicamente, e com sucesso, seus interesses nacionais.*

*(5) Meio século já provou que todos os projetos de "Outra Europa", de "Europa dos povos", de "Europa das nações", de "Europa social", de "Europa independente", de "Europa confederada", de "Europa europeia", de "Europa-isto" e de "Europa-aquilo" são apenas chamarizes para apresentar como inevitável o que na verdade é um processo cuidadosamente projetado de vassalização da França, processo de construção política continental que não impõe nenhuma inevitabilidade histórica.*

### **Um programa de libertação nacional que deixa de lado a clivagem direita-esquerda.**

O programa da UPR é, na verdade, nada mais que um programa de libertação nacional. Ele ignora portanto, logicamente e intencionalmente, a tradicional clivagem direita-esquerda.

A UPR não afirma que a clivagem direita-esquerda não existe. Mas ela afirma que, e cada vez que a França esta em verdadeiro perigo, essa clivagem tem que desaparecer provisoriamente frente a emergência. Portanto, entre os membros da UPR, Francesas e Franceses vindo de todos os horizontes políticos, provavelmente em desacordo sobre questões económicas e sociais, ou sobre chamadas questões de sociedade. Mas todos concordam sobre o facto que é inútil debater esses assuntos se as decisões estratégicas já foram decididas sem que os Franceses estejam conscientes nem prevenidos.

Qual é a necessidade, por exemplo, de debater sem fim, ou até mesmo se zangar, sobre a fiscalidade, a luta contre as deslocalizações, o financiamento das pensões, a imigração, o meio ambiente, etc., desde que as principais decisões estratégicas na matéria, que foram roubadas ao povo francês, já estão tomadas pelos líderes não eleitos do BCE e pelos Comissários europeus, também não eleitos ?

A UPR também insiste sobre o facto que a proliferação de assuntos subordinados é, com o tema da « outra Europa », uma das iscas essenciais apresentadas pelos adeptos da construção europeia para impedir os Franceses de interessarem-se ao único assunto que conta : quem tem o poder de decidir o que ?

Segue-se que a UPR é o partido que decidiu não se deixar levar em debates acessórios quando o essencial está em jogo. Os membros da UPR assim permanecem livres, se eles assim o desejarem, de declararem-se – fora das instâncias do movimento – em favor de qualquer opção económica, fiscal ou social, ou de qualquer filosofia sobre questões de sociedade.

No entanto, para manterem-se coerentes com esta Carta, eles tem o dever constante de localizar, identificar e expor quais são as instâncias francesas ou estrangeiras que decidem dos assuntos discutidos e quais são as reais possibilidades, para eles-mesmo e seus interlocutores, de influenciar sobre esses assuntos. Além disso, os membros da UPR admitem, como um princípio essencial que a UPR não é o lugar onde estas questões acessórias devem ser tratadas, exceto quando trata-se de demonstrar a impotência das instâncias nacionais. Assim, eles garantem o facto de não insirir no movimento motivos de divisão prejudiciosos tal como sem objeto.

### 3. Conclusão : uma luta pela dignidade humana

A liberdade de expressão deixada aos membros da UPR em muitos assuntos tem, no entanto, seu limite na necessidade de manter no movimento sua dinâmica e sua colegialidade, e no princípio ético que comanda não atacar ninguém por causa das suas convicções religiosas, das suas origens ou outros.

A UPR prossegue a distinção fundamental entre a nação e o patriotismo por um lado, o nacionalismo do outro. Retomando por sua conta a famosa palavra de Jean Jaurès que declarou que « a pátria é o único bem daqueles que não tem nada », a UPR insiste no facto que a pátria e a nação são as únicas instâncias onde podem ser exercido realmente a democracia e a solidariedade entre as gerações e as classes sociais.

Retomando também por sua conta a frase de Charles de Gaulle que explicava a Alain Peyrefitte que « nós não somos nacionalistas, nós somos nacionais », a UPR insiste sobre o fato que a maioria dos conflitos não nasceram das nações, mas na vontade de uma delas de ultrapassar a sua estrutura nacional para tornar-se um império e forçar as outras nações vassalizadas em adoptar seus valores.

Proclamando o seu amor da pátria e sua rejeição de qualquer nacionalismo, a UPR recusa obviamente qualquer extremismo, qualquer racismo e qualquer comunitarismo, e proclama sua dedicação ao secularismo e a Declaração Universal dos Direitos do Homem aprovada pela Assembléia Geral das Nações Unidas a 10 de dezembro de 1948. Esta Declaração, bem como o artigo 1º do Pacto das Nações Unidas sobre os direitos cívicos e políticos do 16 dezembro de 1966 posando como um princípio inalienável o direito dos povos à autodeterminação, constituem a maior justificação moral no programa da UPR, o qual apenas pretende voltar a dar aos Franceses seu direito inalienável à autodeterminação, lhes pedindo de recusar qualquer servidão, seja ela voluntária ou involuntária.

Neste contexto global, a UPR afirma solenemente que neste século XXI que vê o triunfo do comércio e das comunicações de um extremo ao outro do globo, a única instância internacional legítima é mais que nunca a Organização das Nações Unidas, a qual o supremo princípio ético é tratar todos os povos e todas as nações em estrita igualdade. A ideia de construir, por bem ou por mal, um império europeu – ou euro-atlântico – incluindo algumas nações e excluindo todas as outras é um erro trágico e uma grande contradição histórica, com consequências para a paz mundial que podem ser espantosas.

E por isso que a UPR visa promover cooperações internacionais de qualquer natureza com todos os Estados do planeta, sem proceder a qualquer distinção, moralmente e eticamente suspeita, em função de sua pertença ou não ao continente europeu. Neste contexto a UPR recorda que as definições dos continentes são puras convenções geográficas, que não correspondem em nada as afinidades e ao comércio entre os Estados do globo.

A UPR também pretende aprofundar e desenvolver a Francofonia como pólo de equilíbrio civilizacional essencial para a manutenção da diversidade das culturas do mundo. Eis porque a UPR também pretende registrar na Constituição francesa o princípio da intransmissibilidade da sede de membro permanente da França no Conselho de segurança das Nações Unidas, com direito de veto. Isto permitirá não só preservar o papel de grande potência mundial a França, mas além disso, garantir ao mundo francófono um lugar essencial no concerto das nações.

Finalmente, a UPR proclama que não há progresso possível nem aceitável aos olhos dos Franceses se ele não obedece aos ideais de liberdade, de igualdade e de fraternidade da República, e se não for compatível com o secularismo, o humanismo, o respeito pela diversidade cultural, a justiça social e a recusa de qualquer comunitarismo.

A UPR assinala que este conjunto de valores faz da França uma referência mundial para todos aqueles que recusam a comercialização generalizada do mundo e a redução dos seres humanos para simples variáveis econômicas. E por isso, em implorando para que a França saía da utopia fatal do império europeu, a UPR luta por uma concepção humanista da vida social, bem como para a liberdade, a emancipação e a dignidade de qualquer ser humano na Terra.

Neste início do terceiro milênio, não há questão mais importante.